

OS SUJEITOS DA EJA - DESAFIOS HISTÓRICOS

Vitalina Silva – UNEB – vitalinakoques@gmail.com

INTRODUÇÃO

O resumo trata de um recorte da dissertação sobre a EJA, no campo do direito à educação ao longo da atividade humana, com o objetivo de refletir analiticamente acerca do papel dos sujeitos, através da apropriação de conhecimentos sistematizados, ampliando a sua capacidade de realizar uma leitura de mundo, para além do que está estabelecido. A EJA precisa assegurar o papel da humanização do homem, distanciando-se da sua alienação. Em direção a esse caminho envolvendo os direitos, há que desenhar percursos políticos-metodológicos que contemplem o papel dos sujeitos, os seus saberes e práticas na construção do conhecimento.

O acesso à educação de qualidade é direito fundamental para o desenvolvimento pleno e ampliação da cidadania. Os investimentos públicos em educação devem ser pautados em ações que visem a redução da pobreza, da criminalidade, da exclusão, e promovam o bem estar e o crescimento econômico do país. Essa construção precisa oportunizar aos jovens e adultos possibilidades de conquistas futuras e uma participação plena na sociedade. A EJA é consequência do direito à cidadania, mas é também condição para o pleno exercício da cidadania, é o alicerce indispensável e condição primeira para o acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos. A educação deve proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças.

O objeto de estudo desta pesquisa combina elementos teóricos e empíricos. De acordo com Minayo (2016, p.39) toda investigação social deve contemplar a historicidade humana: (...) respeitando a especificidade da cultura que traz em si e, de forma complexa, os traços dos acontecimentos de curta, média e longa duração, expressos em seus bens materiais e simbólicos. A delimitação desta pesquisa apresenta uma construção modular para centralização e acessibilidade de dados que funcionará como uma ferramenta estratégica de gestão educacional em formato de um *Software*.

DESAFIOS HISTÓRICOS DA EJA

Inúmeros são os desafios e tentativas de superação deste cenário que expõe a nossa nação internacionalmente, como um dos países com o maior número absoluto de pessoas adultas analfabetas. Entre os anos de 2005 e 2011, numa lista elaborada pela UNESCO, o Brasil ocupava a oitava posição. Destaca-se que há avanços significativos em relação à redução dos índices de analfabetismo ao longo das últimas décadas. De acordo com o Censo Demográfico de 2022, a taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais foi de 7,0%, uma diminuição em relação aos 9,6% registrados em 2010.

Apesar do avanço, ainda há muito o que progredir, este texto pretende trazer algumas contribuições acerca dos desafios para a superação das desigualdades de oportunidades que são geradas pela ausência da escolarização formal, e apontar alguns caminhos para o planejamento e organização das políticas públicas no âmbito municipal, que é onde a ação de alfabetização das pessoas jovens, adultas e idosas ocorrem. Nesse contexto, surgiram no Brasil os Planos Nacionais de Educação (PNE), mediante a promulgação da Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprovou o PNE 2001-2010, e a promulgação da Lei nº 13.005, de 25 de julho de 2014, que aprovou o PNE 2014-2024, atualmente em vigor. O PNE apresenta estratégias desafiadoras para a EJA distribuídas entre as metas 8, 9 e 10 .

Considera-se a necessidade de um olhar mais criterioso e detalhado sobre o fenômeno do analfabetismo no Brasil, pois são várias as camadas de negligências, negações e decisões políticas que asseguram a permanência ou o aprofundamento do analfabetismo para a manutenção de um sistema capitalista que lucra com o trabalho de baixa remuneração e por vezes análogo à escravidão. Na lupa do descaso aparecem as desigualdades regionais, raciais e de gênero, pois o perfil dos brasileiros sem a escolarização ou com baixa escolarização é facilmente identificável.

Dados do IBGE em 2022, apresentam a taxa de analfabetismo no Brasil entre pessoas com 15 anos ou mais, no entanto, essa taxa varia significativamente entre as diferentes regiões do país, sendo o Nordeste a região com o maior percentual, 14,2% e o Sudeste com o percentual de 2,9%. Esses percentuais evidenciam disparidades regionais e demográficas, tendo o Nordeste uma taxa de analfabetismo mais que o dobro do índice nacional. Por trás deste retrato, há fatores históricos escravocratas e colonialistas que influenciaram no contexto socioeconômico do passado, mas que se reverberam na contemporaneidade como uma herança cultural, psicológica e financeira negativa, mas que deve ser amplamente superada.

Os níveis de analfabetismo possuem marcadores de gênero e raça, refletindo as desigualdades que compõem a educação brasileira. Segundo o Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF) com base nos dados do IBGE, é possível constatar que os brasileiros não

alfabetizados são pretos, pobres, periféricos ou vivem em áreas rurais. Estes dados revelam um importante aporte para a discussão crítica sobre os caminhos que a EJA vem tomando nas últimas décadas, podemos sinalizar o aumento de matrículas de pessoas jovens na proporção em que diminuem o número de matrículas de pessoas idosas, é necessário refletir sobre os vários contornos acerca do analfabetismo em nosso país.

Para compreender o fenômeno do analfabetismo e da baixa escolarização, é preciso reconhecer que se trata de uma grande dívida social ainda não equacionada pelo Estado brasileiro, pois as políticas públicas vigentes ainda não estão articuladas de forma multissetorial, comprometidas com a emancipação dos sujeitos e que façam enfrentamentos a uma problemática do campo social que se desdobra em indicadores de pobreza como a falta de moradia, de assistência médica, emprego, saneamento básico, dentre outros. A falta de acesso à leitura e escrita, é um componente estrutural que se distancia do compromisso por uma educação de qualidade, sendo este um marcador perverso da produção de indicadores de desigualdade social.

REFLEXÕES ANALÍTICAS SOBRE O CONTEXTO HISTÓRICO DA EJA

A EJA no Brasil, se consolida como uma dívida social que ainda não foi reparada, portanto, é possível compreender que a arquitetura educacional precisa contemplar alicerces e contornos essenciais para que a alfabetização seja consolidada numa estrutura sólida, perene, sustentável, proporcionando avanços radicais e inadiáveis.

Dentre um conjunto de medidas, há que se pensar em condições de oferta que garantam tempos e espaços condizentes com a jornada de trabalho dos estudantes da EJA, uma equipe gestora e pedagógica com formação inicial e continuada sobre a EJA, planejamento pedagógico que esteja em alinhamento com o desenvolvimento social, tecnológico e cultural, investimento em estruturas e equipamentos mobiliários adequados, salas de informática e bibliotecas com diversidade de literatura com acervo que dialogue com o universo intelectual dos estudantes da EJA, políticas de estímulo à permanência e continuidade da escolaridade através da oferta de transporte escolar, transferência de renda, e articulação com outras secretarias para oferta de serviços de saúde, ação social, trabalho, emprego, renda, esporte e lazer.

No âmbito pedagógico, constata-se a urgência de uma intencionalidade na construção dos projetos educacionais para a EJA, buscando a elaboração de metodologias que visem desenvolver habilidades e competências que assegurem o processo de letramento cultural,

social e político, promovendo a emancipação intelectual a partir das vivências e conhecimento de mundo, trazidas por estes sujeitos. Desse modo, um *software* foi elaborado apresentando uma interface gráfica, com os módulos nomeados de Dados Gerais, Indicadores, Estratégias e Acompanhamento, com o propósito de operar como um mecanismo complementar da gestão, funcionando como um instrumento gerencial de implementação da política .

Este conjunto de ações devem ter o propósito de assegurar os direitos constitucionais, em que o ser humano deve estar na centralidade do desenvolvimento de uma sociedade, e esta deve ser participativa e baseada no respeito integral aos direitos humanos, a EJA deve ser entendida como elemento essencial de superação da pobreza e exclusão social.

CONCLUSÕES

Durante a realização da pesquisa e escrita da dissertação, constatou-se a importância da observação, análise e coleta de dados, informações e indicadores, imprescindíveis para o acompanhamento das etapas da EJA, desde o planejamento até a análise de dados, contemplando a viabilidade econômica e decisão pedagógica. Observa-se a proposta da criação de um *software* como estratégia para a efetivação do monitoramento dos planos para auxiliar na orientação, redirecionamento ou potencialização das ações políticas educacionais e gerar no município um movimento interventivo e coletivo, que funciona a partir da inserção de dados educacionais locais no sistema, com o objetivo de centralizar as informações, criando um repositório único para dados educacionais, capaz de gerar análises e gráficos de desempenho com base nos indicadores monitorados, promovendo transparência e engajamento comunitário.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 05 fev. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022**. Disponível em: [. https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-2020-censo4.html](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-2020-censo4.html). Acesso em: 05 fev. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.